



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 173

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1961

## SENADO FEDERAL

### MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.  
 Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).  
 1º Secretário — Senador Cunha Mello (PTB).  
 2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).  
 3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).  
 4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).  
 1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).  
 2º Suplente — Senador Guido Mondim (PSD).

### LIDERES E VICE-LIDERES

#### Da Maioria

Líder:  
 Filinto Müller (PSD).  
 Vice-Líderes:  
 Lima Teixeira (PTB).  
 Nogueira da Gama (PTB).  
 Victorino Freire (PSD).  
 Lobão da Silveira (PSD).  
 Jorge Maynard (PSP).  
 Guido Mondim (PSD).

#### Da Minoria

Líder:  
 João Villasboas (UDN).  
 Vice-Líderes:  
 Daniel Krieger (UDN).  
 Mem de Sá (PL).

#### Dos Partidos

**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
 Líder:  
 Benedito Valladares.  
 Vice-Líderes:  
 Gaspar Velloso.  
 Victorino Freire.

### DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder:  
 Daniel Krieger.  
 Vice-Líderes:  
 Rui Palmeira.  
 Daniel Krieger.  
 Heribaldo Vieira.

### DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:  
 Barros Carvalho.  
 Vice-Líderes:  
 Nelson Maculan.  
 Fausto Cabral.  
 Arlindo Rodrigues.

### DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:  
 Mem de Sá.  
 Vice-Líder:  
 Aloisio de Carvalho.

### DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:  
 Jorge Maynard

### DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:  
 Lino de Matos.

### Representação Partidária

#### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

- Lobão da Silveira — Pará.
- Victorino Freire — Maranhão.
- Sebastião Archer — Maranhão.
- Eugênio Barros — Maranhão.
- Menezes Pimentel — Ceará.
- Jarbas Maranhão — Pernambuco.
- Silvestre Pércies — Alagoas.
- Ary Vianna — Espírito Santo.
- Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
- Gilberto Marinho — Guanabara.

- Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
- Moura Andrade — São Paulo.
- Gaspar Velloso — Paraná.
- Alô Guimayães — Paraná.
- Francisco Gallotti — Santa Catarina.
- Guido Mondim — Rio Grande do Sul.
- Benedito Valladares — Minas Gerais.
- Filinto Müller — Mato Grosso.
- Juscelino Kubitschek (licenciado Em exercício o suplente José Feliciano) — Goiás.
- Pedro Ludovico — Goiás.
- Licenciado o Senador Rui Carneiro (Paraíba). Em exercício o seu suplente, Sr. Salviano Leite, do PTB.

#### UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

- Mourão Vieira — Amazonas.
- Zacarias de Assunção — Pará.
- Joaquim Parente — Piauí.
- Fernandes Távira — Ceará.
- Reginaldo Fernandes — Rio Grande do Norte.
- Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
- João Arruda — Paraíba.
- Afrânio Lages — Alagoas.
- Rui Palmeira — Alagoas.
- Heribaldo Vieira — Sergipe.
- Ovidio Teixeira — Bahia.
- Del Caro — Espírito Santo.
- Afonso Arinos — Guanabara.
- Padre Calazans — São Paulo.
- Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- Milton Campos — Minas Gerais.
- João Villasboas — Mato Grosso.
- Lopes da Costa — Mato Grosso.
- Coimbra Bueno — Goiás.

#### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- Cunha Mello — Amazonas.
- Vivaldo Lima — Amazonas.
- Paulo Fender — Pará.
- Mathias Olympio — Piauí.
- Leônidas Mello — Piauí.

- Fausto Cabral — Ceará.
- Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
- Salviano Leite (Suplente do Senador Rui Carneiro) — Paraíba.
- Barros Carvalho — Pernambuco.
- Lourival Fontes — Sergipe.
- Lima Teixeira — Bahia.
- Caiado de Castro — Guanabara.
- Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.
- Miguel Couto — Rio de Janeiro.
- Nelson Maculan — Paraná.
- Saulo Ramos — Santa Catarina.
- Nogueira da Gama — Minas Gerais.

#### PARTIDO LIBERTADOR

- Novaes Filho — Pernambuco.
- Aloisio de Carvalho — Bahia.
- Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

#### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

- Jorge Maynard — Sergipe.

#### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

- Lino de Matos — São Paulo.

#### SEM FRENDA

- Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

#### RESUMO

PSD	20
UDN	20
PTB	17
PL	3
PSP	1
FTN	1
S/Legenda	1
	63

### Comissões Permanentes

#### Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.  
 Cunha Mello.  
 Gilberto Marinho.  
 Argemiro de Figueiredo.  
 Novaes Filho.  
 Mathias Olympio.  
 Guido Mondim.  
 Reginaldo Fernandes (UDN).  
 Secretário: Evandro Mendes Vianna,  
 Diretor-Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).

Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).

- Venâncio Igrejas (UDN), Milton Campos (UDN), Heribaldo Vieira (UDN), Silvestre Péricles (PSD), Ruy Carneiro (PSD), Lourival Fontes (PTB), Nogueira da Gama (PTB), Aloisio de Carvalho (PL), Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTES

- 1. Rui Palmeira (UL'N), 2. Freitas Cavalcanti (UDN), 3. João Arruda (UDN), 4. João Villasboas (UDN), 1. Ary Vianna (PSD), 2. Benedito Valladares (PSD), 3. Francisco Gallotti (PSD), 1. Lima Teixeira (PTB), 2. Vivaldo Lima (PTB), 3. Miguel Couto (PTB), 1. Mem de Sa (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo. Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Veloso, Presidente (PSD), Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

- Fernandes Távora (UDN), Sérgio Marinho (UDN), Del Carré (UDN), João Arruda (UDN), Sérgio Marinho (UDN) - Relator, Jarbas Maranhão, Jorge Maynard.

Assessor Legislativo: Dr. Luciano Mesquita, Secretário: João Pires de Oliveira Filho.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Titulares:

PTB, Nelson Maculan - Presidente (PTB), Eugênio Barros - Vice-Presidente (PSD).

- 1. Alc. Guimarães (PSD), 2. Lobão da Silveira (PSD), 3. Nogueira da Gama (PTB), 4. Ovidio Teixeira (UDN), 5. Mourão Vieira (UDN), 6. Alc. Guimarães (PSD), 7. Paulo Fernandes (PSD), 8. Nogueira da Gama (PTB).

SuPlentes: UDN, 1. Lopes da Costa, 2. Joaquim Parente (PSD), 1. Pedro Ludovico, 2. Lobão da Silveira, 3. Francisco Gallotti (PTB), 1. Saulo Ramos, 2. Lima Teixeira. Secretária: Maria de Lurdes Oltos, Oficial Legislativo.

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

SECRETOR-GERAL ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES, CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO MAURO MORTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional BRASÍLIA

ASSINATURAS

SEPARAÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Table with 3 columns: Semestre, Ano, Cr\$. Values: Semestre Cr\$ 50,00; Ano Cr\$ 98,00.

Exterior

Table with 3 columns: Ano, Cr\$. Value: Ano Cr\$ 136,00.

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Table with 3 columns: Semestre, Ano, Cr\$. Values: Semestre Cr\$ 89,00; Ano Cr\$ 76,00.

Exterior

Table with 3 columns: Ano, Cr\$. Value: Ano Cr\$ 102,00.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto a sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SUPLENTES

- 1. Mourão Vieira (UDN), 2. Joaquim Parente (UDN), 3. Irineu Bornhausen (UDN), 4. Ovidio Teixeira (UDN), 1. Eugênio Barros (PSD), 2. Francisco Gallotti (PSD), 1. Lima Teixeira (PTB), 2. Saulo Ramos (PTB), 3. Sebastião Archer (PSD), Aloisio de Carvalho (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho - Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

- Menezes Pimentel, Presidente (PSD), Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN), Jarbas Maranhão (PSD), Saulo Ramos (PTB), Arlindo Rodrigues (PTB), Mem de Sá (PL).

SUPLENTES

- 1. Coimbra Bueno (UDN), 2. Lino de Mattos (UDN), 1. Lobão da Silveira (PSD), 2. Paulo Fernandes (PSD), 1. Paulo Fender (PTB).

2. Lima Teixeira (PTB).

1. Aloisio de Carvalho (PL), Secretário: Evandro Fonseca Paranaaguá, Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti - Presidente (UDN), Ary Vianna - Vice-Presidente (PSD).

- Irineu Bornhausen - UDN, Daniel Krieger - UDN, Fernandes Távora - UDN, Dix-Huit Rosado - UDN, Lopes da Costa - UDN, Gaspar Veloso - PSD, Nogueira da Gama - PTB, Lobão da Silveira - PSD, Barros Carvalho - PTB, Victorino Freire - PSD, Eugênio Barros - PSD, Mem de Sá - PL, Fausto Cabral - PTB, Filinto Müller - PSD, Saulo Ramos - PTB.

SUPLENTES

- 1. Milton Campos - UDN, 2. Joaquim Parente - UDN, 3. Ruy Palmeira - UDN, 4. Coimbra Bueno - UDN, 5. João Arruda - UDN, 6. Del Carré - UDN.

- 1. Silvestre Péricles - PSD, 2. Ruy Carneiro - PSD, 3. Jarbas Maranhão - PSD, 4. Menezes Pimentel - PSD, 5. Pedro Ludovico - PSD, 6. Vivaldo Lima - PTB, 7. Arlindo Rodrigues - PTB, 8. Paulo Fender - PTB, 4. Lima Teixeira - PTB, 1. Aloisio de Carvalho - PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont - Oficial Legislativo. Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).

- Lima Teixeira, Presidente (PTB), Lino de Mattos (UDN), Venâncio Igrejas (UDN), Mourão Vieira (UDN), Menezes Pimentel (PSD), Miguel Couto (PTB), Francisco Gallotti (PSD), Paulo Fender (PTB).

SUPLENTES

- 1. Dix-Huit Rosado (UDN), 2. Padre Calazans (UDN), 3. Heribaldo Vieira (UDN), 1. Paulo Fernandes (PSD), 2. Lobão da Silveira (PSD), 3. Sebastião Archer (PSD), 1. Barros Carvalho (PTB), 2. Lourival Fontes (PTB), 3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo. Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB), Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN).

- Daniel Krieger - (UDN), Heribaldo Vieira - (UDN), Benedito Valladares - (PSD), Paulo Fernandes - (PSD), Lourival Fontes - (PTB), Aloisio de Carvalho - (PL), Gaspar Velloso - (PSD).

SUPLENTES

- 1. Milton Campos - (UDN), 2. Venâncio Igrejas - (UDN), 3. Freitas Cavalcanti - (UDN), 1. Menezes Pimentel - (PSD), 1. Mem de Sá - (PL), 2. Jefferson de Aguiar - (PSD), 3. Ary Vianna - (PSD), 1. Fausto Cabral - (PTB), 2. Barros Carvalho - (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo. Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**Comissão de Saúde Pública**

**TITULARES**

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).  
Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD).  
Fernandes Távora (UDN).  
Pedro Ludovico (PSD).  
Boulo Ramos (PTB).

**SUPLENTES**

1. DixHuit Rosado (UDN).  
2. Lopes da Costa (UDN).  
1. Eugênio Barros (PSD).  
2. Jarbas Maranhão (PSD).  
1. Miguel Couto (PTB).  
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

**Comissão de Serviço Público Civil**

**TITULARES**

Mourão Vieira — Presidente (UDN)  
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.  
Joaquim Parente (UDN).  
Sebastião Archer (PSD).  
Paulo Fender (PTB).  
Miguel Couto (PTB).  
Aloysio de Carvalho (PL).

**SUPLENTES**

1. Coimbra Bueno (UDN).  
2. Padre Calazans (UDN).  
1. Ruy Carneiro (PSD).  
2. Benedito Valadares (PSD).  
1. Nelson Maculan (PTB).  
2. Fausto Cabral — (PTB).  
1. Mem de Sá (PL).  
Secretária: Itallina Cruz Alvea, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**Comissão de Segurança Nacional**

**TITULARES**

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).  
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).  
Sérgio Marinho (UDN).  
Jefferson de Aguiar (PSD).  
Francisco Gallotti (PSD).  
Miguel Couto (PTB).  
Arlindo Rodrigues (PTB).

**SUPLENTES**

1. Fernandes Távora (UDN).  
2. DixHuit Rosado (UDN).  
2. Jorge Maynard (PSP).  
2. Nelson Maculan (PTB).  
Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas**

**Titulares:**

Jorge Maynard — Presidente (PSF)  
Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).  
Coimbra Bueno (UDN).  
Vitorino Freire (PSD).  
Fausto Cabral (PTB).

**Suplentes:**

UDN  
1 — Sérgio Marinho  
2 — João Arruda.  
PSD  
1 — Jefferson Aguiar  
2 — Eugênio Barros.  
1 — Nelson Maculan.  
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**Comissão especial para emitir parecer sobre os documentos que instruem o Projeto de Resolução Nº 5, de 1961.**

**Senadores:**

PL — Novaés Filho — Presidente.  
UDN — Sérgio Marinho — Vice-Presidente.  
PSD — Alô Guimarães.  
PSD — Menezes Pimentel.  
PTB — Nelson Maculan.  
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

**Comissão de Redação**

24ª REUNIAO REALIZADA AOS DEZ DIAS DO MES DE OUTUBRO DE 1961

**Extraordinária**

As quinze horas do dia dez de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões, reune-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Lourival Fontes, presentes os senhores senadores Menezes Pimentel, Paulo Fender e Daniel Krieger.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os senhores Senadores: Francisco Gallotti, Sérgio Marinho e Ary Vianna.

E' lida e aprovada, sem alteração, a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Menezes Pimentel oferece a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1959 (nº 255-B, de 1959, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a inscrição de funcionários e serventários da Justiça em concursos públicos de provas e títulos.

Nada mais havendo que tratar dá-se por encerrada a presente reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Ass. Lourival Fontes — Presidente eventual.

**ATA DA 179ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1961**

**PRESIDENCIA DO SR. CUNHA MELLO**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Paulo Fender — Lobão da Silveira — Vitorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Mathias Olympio — Fausto Cabral — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — João Arruda — Salviano Leite — Jarbas Maranhão — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Miguel Couto — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Lino de Matos — José Feliciano — Filinto Müller — Alô Guimarães — Gaspar Veloso — Nelson Maculan — Saulo Ramos — Daniel Krieger — Mem. de Sá.

(31)

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura das atas da sessão e reunião anteriores, que são sem debate aprovadas.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE**

Mensagem — Do Sr. Presidente, nos seguintes termos:

**Mensagem nº 224, de 1961**

(Nº DE ORIGEM 524)

Senhores Membros do Senado Federal;

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor José Sette Câmara para exercer a função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra.

Os méritos do Senhor José Sette Câmara Filho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 5 de outubro de 1961. — João Belchior Marques Goulart.

**CURRICULUM VITAE**

**José Sette Câmara Filho**

1. Nascido em Alfenas, Estado de Minas Gerais, em 14 de abril de 1920, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1945, "Master in Civil Law" pela Universidade Mc Gill, do Canadá, em 1949.

2. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores, como Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 15 de dezembro de 1945; promovido a Segundo-Secretário, por merecimento, em 19 de setembro de 1951; promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, em 16 de novembro de 1953; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 14 de novembro de 1956; promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 21 de março de 1960.

3. Durante a sua carreira foi designado para o exercício das seguintes funções no exterior: Terceiro-Secretário da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América; Vice-Cônsul no Consulado-Geral do Brasil

em Montreal; Terceiro-Secretário na Missão do Brasil junto às Nações Unidas; Cônsul do Brasil em Florença; Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, com a categoria de Embaixador; Embaixador do Brasil no Canadá.

4. Além dessas funções, foi designado para o exercício das seguintes missões e comissões: Assessor do Membro brasileiro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, em Genebra, em 1950; Assessor da Delegação do Brasil à V Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 1950; Secretário da Delegação do Brasil à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Washington, em 1951; Assessor da Delegação do Brasil à VI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Paris, em novembro de 1961; Assessor do Membro brasileiro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, em Genebra, em 1952; Secretário do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, em 1952; Assessor da Delegação do Brasil à X Conferência Interamericana Realizada em Caracas em 1954; Assistente pessoal do Presidente da Delegação do Brasil à Conferência Interamericana em Caracas em 1954; Assessor do Membro brasileiro da C. de D. Internacional das Nações Unidas, em Genebra, em 1955; Assessor da Delegação do Brasil à X Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York em 1955; Assessor do então Presidente eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira, em sua viagem por países da América e da Europa, em 1956; Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, em 1956, Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em 1956; Delegado do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito Internacional do Mar, em Genebra, em 1958; Membro da Missão Especial do Brasil à Colômbia, em 1958, com a categoria de Delegado; Delegado-suplente do Brasil às reuniões do "Comitê dos 21" da Organização dos Estados Americanos, em Washington, em 1958; Delegado do Brasil à reunião do "Comitê dos 21", da Organização dos Estados Americanos, em Buenos Aires, em 1959. Secretário-Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento, com a categoria de Ministro de Estado em 1959; Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de agosto de 1959 a abril de 1960; Governador Provisório do Estado da Guanabara, em 1960.

5. O Senhor José Sette Câmara Filho, que exerce atualmente a função de Embaixador do Brasil no Canadá, é indicado para Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, com a categoria de Embaixador.

Jorge d'Escagnolle Tannay, Chefe Interino, da Divisão do Pessoal.

Mensagens — do Sr. Presidente da República, de 5 do mês em curso, restituindo autógrafos referentes à publicação de proposições legislativas mantidas pelo Congresso Nacional após veto presidencial, a saber:

Nº 225 (nº de origem 523) — Projeto que estende os benefícios da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal tabelado do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde;

Nº 226 (nº de origem 525) — Projeto que estende aos servidores do D.N.E.R. e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958 e dá outras providências.

Ofício — nº 1.573, da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do seguinte

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 1961

(Nº 2.970, DE 1961, NA CÂMARA)

/ Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962.

A Câmara dos Deputados aprovou, nos termos do art. 169, do Regimento Interno, o seguinte:

## 4.05 — SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

(Demonstração da Despesa por Verbas e Consignações),

	VARIÁVEL Cr\$
<b>DESPESAS ORDINARIAS</b>	
VERBA 1.0.00 — Custeio	
Consignações:	
1.6.00 — Encargos Diversos	
1.6.21 — Órgãos em regime especial	
1 — Para atender à execução da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959	
1 — Pessoal .....	75.000.000
2 — Material de Consumo e de Transformação .....	15.500.000
3 — Material Permanente .....	15.000.000
4 — Serviços de Terceiros .....	24.000.000
5 — Encargos Diversos .....	28.000.000
Total da Verba 1.0.00 .....	157.500.000
VERBA 2.0.00 — Transferências	
Consignações:	
2.6.00 — Transferências Diversas .....	5.000.000
Total da Verba 2.0.00 .....	5.000.000
Total das Despesas Ordinárias .....	162.500.000
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	
VERBA 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social	
Consignações:	
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento	
3.1.21 — Desenvolvimento do Nordeste (Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959)	
1 — Para ser discriminada a dotação de acordo com o Plano-Diretor .....	3.652.979.000
Total da Verba 3.0.00 .....	3.652.979.000
VERBA 4.0.00 — Investimentos	
Consignações:	
4.1.00 — Obras .....	500.000
4.2.00 — Equipamentos e Instalações .....	15.000.000
Total da Verba 4.0.00 .....	15.500.000
Total das Despesas de Capital .....	3.668.479.000
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>3.830.979.000</b>

A Comissão de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE:**

Está finda a leitura do expediente. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lôbo da Silveira (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Alô Guimarães.

**O SR. ALÔ GUIMARAES:**

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna para comunicar ao Senado Federal e à Nação o falecimento, quarta-feira última, em Curitiba, do Professor Enéas Marques dos Santos, uma das figuras de alta cultura da terra paranaense, remanescente da velha política da terra das araucárias e homem brilhante pelos seus conhecimentos científicos, pela sua capacidade e, sobretudo, pela sua grande inteligência por inteiro dedicada à terra natal.

Membro de tradicional família paranaense, o Professor Enéas Marques dos Santos descendia daquele tronco

vigoroso ao qual pertenceu Generoso Marques dos Santos, uma das figuras exponenciais da terra paranaense, militante de sua política nos albos do atual século quando ainda não haviam se definido os horizontes políticos do Brasil, que saía do Império para assegurar, na vida democrática, o futuro da pátria.

Naquela época, dois nomes tradicionais se vincularam à política em meu Estado — Vicente Machado e Generoso Marques, ambos posteriormente eleitos para o Senado da República onde, estadistas que foram, deixaram exemplos de alta composição cívica e notável conhecimento da vida republicana.

Generoso Marques, Governador do Paraná e Vicente Machado, também Governador do Paraná, ambos deram àquela terra provas de alto civismo na fase preparatória do novo sistema de Governo, chefes que foram de dois tradicionais Partidos que se degladiaram no início da República — "Maragatos" e "Pica-Paus". E de tal modo essas duas figuras se impuseram no Paraná, pela sua capacidade administrativa e pela alta composição cívica que, até hoje, não foram ainda ultrapassadas.

O Professor Enéas Marques dos Santos, filho de Generoso Marques dos Santos, era uma dessas inteligências privilegiadas. Se quisermos estabelecer, hoje, uma divisão entre os homens, entre os indivíduos, essa divisão só é possível através do primado da inteligência, do primado da cultura, do primado das letras científicas.

Enéas Marques dos Santos era um desses eleitos. Encantava os auditórios e dava lições de alta sabedoria no terreno dos conhecimentos jurídicos, em sua terra. Ensaçou a política, em sua juventude, com patriotismo e descortínio para, afinal, renunciar definitivamente a ela por não ter podido realizar, naquele tempo, o seu ideal, por não ter sido compreendido o sentido de seu idealismo humano e político que era estabelecer um denominador comum entre as vontades partidárias da vida pública paranaense.

Secretário do Interior e Justiça, num dos governos notáveis da República velha na minha terra, Enéas Marques dos Santos despiu-se das suas galas na plenitude da sua vida pública, desencantado com o sentido que tomavam os fatos políticos, de tal sorte

que, afastando-se definitivamente da vida pública, ainda assim foi de uma dedicação sem par à terra paranaense, através da sua notável banca de advogado e, principalmente na Cátedra Universitária, como professor da já tradicional Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALÔ GUIMARAES — Pois não!

O Sr. Gaspar Velloso — Quero associar-me às justas homenagens que V. Exa. está prestando a um dos homens públicos de grande evidência no nosso Estado. E faço-o com particular carinho. E' que V. Exa. acaba de afirmar que o ilustre homem público desaparecido honrou nosso Estado não só na vida política como na profissional, advogado que foi, e dos mais capazes, mas também na Cátedra, exercida brilhantemente na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Na qualidade de um de seus ex-alunos quero, nesta hora, fazer-lhe esta justiça. Quero crer, sem demérito para os demais professores da minha geração, fosse ele o que melhor usou a Cátedra, pois que, além

de grande conhecedor da matéria que mencionava, foi ainda um grande estímulo a que seus alunos pudessem, na vida pública, capacitados, se transformar em grandes advogados, conhecedores perfeitos da Teoria do Direito, e não apenas modestos conhecedores apenas de códigos e regulamentos.

Está, a justiça que quero, nesta hora amarga para o Paraná, prestar ao ilustre homem público e ao emérito professor desaparecido.

O SR. ALÔ GUIMARAES — V. Exa., nobre Senador Gaspar Velloso, dá brilho ao meu discurso com o seu pronunciamento, que agradeço.

Enéas Marques dos Santos, tribuno, orador notável, escritor de envergadura, político prestigiado, advogado e, sobretudo, professor de Direito dos mais extraordinários e capazes, era, realmente uma figura exponencial da terra paranaense.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALÔ GUIMARAES — Concedo-lhe o aparte.

O Sr. Paulo Fender — Rogo a Vossa Excelência incluir no seu discurso a solidariedade do Partido Trabalhista Brasileiro às homenagens justas que presta à memória de tão grande paranaense. Saía do plenário quando V. Exa. versava uma tese interessante, qual a de estabelecer divisão entre homens pelo primado da inteligência e da cultura. Entretanto, longe de divergir de V. Exa., em princípio, gostaria de atualizar o conceito para aditivamente, não no que tangê as justas homenagens ao grande morto, que estas são intocáveis, mas no que tangê ao conceito de contribuição histórica dos homens, a que V. Exa. alude. É preciso que, nestes tempos, digamos que o primado da inteligência e da cultura há de, necessariamente, atê-se à sua aplicação prática no campo social, para que não voltemos, num retrocesso que seria alegórico, que seria fantasista, que seria brilhante, talvez, àqueles tempos em que homens se preocupavam exclusivamente com as letras, com o brilhantismo de sua contribuição literária à sociedade a que pertenciam, sem voltar-se para os problemas cruciais do povo. Então, devemos dizer hoje que se há distinção entre homens, esta deve ser feita pela sua contribuição efetiva para a melhor sociedade, para uma reconciliação perfeita entre o capital e o trabalho, isto é, entre a usura e o altruísmo; entre os que exploram e os que são explorados. E, apenas, um conteúdo social que me aventuro a trazer à brilhante tese de V. Exa., e, muito à vontade, porque vejo que o homem que V. Exa. perfila com a segurança da sua palavra de político e de orador, é desses homens que se preocupavam com a sociedade porque, descendente de um ex-Governador de seu Estado, de um lido representante de forças políticas que fizeram a grandeza do Paraná, está exatamente dentro da tese, e se não o estivesse, pode estar certo V. Exa. de que, em respeito à homenagem aqui prestada, ou silenciará a tesc.

O SR. ALÔ GUIMARAES — Agradeço o aparte do nobre Senador Paulo Fender, representante do Estado do Paraná, adiantando-lhe que concebo também um sentido novo da inteligência, e quando me refiro à inteligência e à cultura, delas eu também não deixo separar o sentido de moralidade pessoal. Diria a V. Exa. que compreenderia um pouco diferente esse seu sentido social da inteligência, entendendo que hoje nós realmente necessitamos da inteligência dinamizada, da inteligência objetivada através da técnica, a inteligência no sentido social, que se manifeste sob esse aspecto do avanço da tecnologia. É a técnica cultural e científica que se

projeta, dando sentido humano e social à vida nova.

Enéas Marques dos Santos era também credor da nossa admiração sob o aspecto humano da sua inteligência. Era uma personalidade vigorosa, que conseguia arregimentar em torno de si a mocidade paranaense, através da filosofia que defendeu, a da propagação das suas idéias, da inteligência com que defendia, ardorosamente, os princípios democráticos da vida brasileira, o sentido da cultura brasileira, a aproximação dos homens pelos élos da inteligência, da cultura e da sabedoria.

Não tendo, no último quartel da sua vida nenhum cargo político, foi, ainda assim, um líder da sua geração e da mocidade paranaense. Todas as tardes reunia em torno de si, no escritório onde funcionava a sua banca de advogado, ou na sua residência, um grupo de intelectuais paranaenses, com quem debatia as teses suscitadas pela sua inteligência privilegiada. Na terra paranaense, seu nome jamais será esquecido, tantas e tão grandes foram as demonstrações do seu talento, capaz até de renunciar a interesses objetivos, e aos prazeres da vida mundana.

Há mais de dez anos, sentindo, como Rousseau, que a velhice se aproximava, retirou-se da vida pública e foi viver simplesmente, no recesso do lar. Afastou-se também da sua cátedra. Recebia, entretanto, todos os dias, demonstrações de carinho dos amigos, daqueles que como ele defenderam os mesmos ideais e de grandes juristas brasileiros.

Enéas Marques dos Santos foi emérito professor no Estado do Paraná.

Quero, Sr. Presidente, nesta hora, prestar a homenagem da minha solidariedade à sua vigorosa inteligência e à sua personalidade de escol e pedir à Casa que, reverenciando-lhe o nome, consigne, na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo seu desaparecimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidência escassez de estudos que possibilitam o desenvolvimento econômico que cada dia se tornam mais evidentes nas diferentes regiões do País, estão a reclamar do Poder Público medidas de natureza técnica destinadas a fixar uma orientação proveitosa e segura com relação ao nosso sistema de navegação interior.

Até hoje, muito pouco se conseguiu nesse setor, no Brasil, em decorrência da escassez de estudos que possibilitam um conhecimento perfeito das verdadeiras condições de nossas bacias fluviais, para a construção dos grandes sistemas de transporte aquático.

Ante o surto de progresso econômico que se avoluma hoje por todo o País, impõe-se uma reformulação da nossa política de transportes, em que urge incluir um programa de longo alcance para o aproveitamento racional de nossas vias fluviais e lacustres, como meio mais barato para o escoamento da produção e para o abastecimento do mercado interno.

As pesquisas, os estudos e levantamentos das condições hidrográficas e topográficas de nossas bacias fluviais são elementos básicos para o conhecimento das possibilidades de transporte interno através dos rios, lagoas e canais naturais ou artificiais.

Tais elementos são indispensáveis como fator de decisão na orientação do desenvolvimento do transporte

aquaviário, dentro da política nacional de transportes.

É óbvio que, ante a concorrência comercial que o progresso industrial oferece, assim como "as indústrias lutam continuamente pela redução do custo da produção, o progresso dos sistemas de transporte no dizer autorizado de Edgar Fróes da Fonseca, grande estudioso do problema, em sua obra "Uma Política Nacional de Transportes" — se orienta principalmente na direção do menor custo do transporte".

O Ministro Clovis Pestana, em 1949, apresentou os seguintes índices comparativos dos custos dos transportes: aquavia 1; ferrovia 3; rodovia 6 e 9; aerovia 15.

Como se vê, de acordo com os estudos daquele eminente técnico patriótico, na escala crescente de custos, o transporte aquaviário se coloca como o menor.

O progresso do Brasil não pode prescindir do auxílio do transporte fluvial como fator paralelo de produção da riqueza.

Temos condições excepcionais para, num futuro próximo, desenvolvermos as vias aquáticas e realizarmos a interligação de nossas bacias hidrográficas, criando verdadeiro mar interior para a circulação aquaviária da riqueza nacional.

Os rios Amazonas, Tocantins, Paraná, São Francisco e seus afluentes formam, interligados, um sistema conveniente, pelo seu custo razoável e pela sua adequabilidade, para o transporte de grandes massas, beneficiando o comércio e estimulando a nossa produção, com incontestáveis vantagens para o mercado consumidor interno.

A propósito desse palpitante problema, para cuja solução tenho a honra de chamar a atenção e encarecer o patriótico interesse dos eminentes Senadores — eis que não se trata de problema regional, mas de necessidade vinculada aos anseios nacionais, por inculcar um caráter de interdependência de todas as regiões do País — vou ler alguns tópicos do importante trabalho elaborado pela Comissão Interstadual da Bacia Paraná-Uruguaí:

"A construção ou a ampliação dos grandes sistemas de navegação interior tem preocupado todos os países na fase de desenvolvimento industrial do pós-guerra, como elemento que se considera indispensável ao transporte das massas cada vez mais consideráveis a preços compatíveis com a concorrência internacional.

Em todos os grandes países da Europa, na Rússia e nos Estados Unidos, as dotações destinadas aos programas de desenvolvimento desses sistemas de transporte tem superado, substancialmente, nos últimos anos, as despesas que se destinam ao reparação dos sistemas terrestres de transporte.

Nos países que iniciam o seu desenvolvimento econômico, sem tradições — como o Brasil — no eficiente aproveitamento dos sistemas fluvial são conhecidos os planos vultosos de obras de navegação que merecem, dos organismos internacionais de financiamento, atenção especial.

O XX Congresso Internacional de Navegação que atualmente se realiza em Baltimore, U. S. A., sob os auspícios da Associação Internacional Permanente dos Congressos de Navegação — o órgão internacional mais autorizado nesse campo incluiu como Questão nº 1 do seu Têmario o estudo dos grandes sistemas de navegação interior; a comparação entre esses sistemas e os sistemas terrestres de transporte e o estudo da oportunidade econômica de estabelecimento das ré-

des fluviais de navegação nos países subdesenvolvidos.

O continente sul-americano e em particular o Brasil, oferecem condições particularmente favoráveis à interligação das grandes bacias fluviais do Orenoco, do Paraná-Paraguai e do Amazonas para constituição de grandes sistemas de navegação, assegurando o acesso direto e econômico ao oceano: no Mar das Caraíbas, pela barra do Amazonas e pelo Estuário do Prata e toda a região central do Brasil e do continente, cercados no seu desenvolvimento pelas dificuldades de transporte.

O assunto vem sendo focalizado desde as épocas coloniais através de documentos idôneos que atestam a viabilidade dessas obras em condições mais favoráveis do que as executadas por outros países.

A sua importância foi destacada durante a última guerra conduzindo os Estados Unidos a proceder, através de uma Comissão Mista da qual participou o Brasil, em estudos de grande envergadura para ligação da bacia do Amazonas ao Orenoco pelo célebre Canal de Cassiquiare, como garantia de comunicação direta com as regiões centrais do continente sul-americano.

A Comissão Interstadual da Bacia Paraná-Uruguaí incluiu no plano inicial dos seus trabalhos — de acordo com o esquema anexo — e vem desenvolvendo sistematicamente o estudo e o projeto das obras de melhoramento dos rios principais da bacia do Alto Paraná e das interligações desses rios com as vias navegáveis da bacia do Paraguai e do Araguaí — dispondo, no momento, de vasta e autêntica documentação técnica a respeito desses problemas fundamentais do nosso desenvolvimento.

Elaborou, igualmente, essa instituição, programas de estudo da ligação das bacias do Ibicuí-Jacuí, no Rio Grande do Sul, visando à comunicação direta da navegação do rio Uruguai com o oceano, através do Porto do Rio Grande do Sul.

O Governo Federal, interessado, igualmente nesses problemas, instituiu um grupo de Trabalho para os estudos preliminares das ligações possíveis das bacias do Paraná e Paraguai com a bacia do Amazonas, grupo do qual participou a Comissão Interstadual da bacia Paraná-Uruguaí apresentando relatório objetivo sobre as possibilidades do empreendimento do mais destacado interesse para a economia do continente e destacando a necessidade de estudos técnicos sistemáticos e de alto nível, capazes de selecionar, entre as várias soluções possíveis, a mais indicada para transformação das antigas rotas de aventura que dilataram o território nacional em vias econômicas de transporte que assegurem a sua interação na economia do país e do continente.

A importância e a extensão desses estudos abrangendo toda a vasta região de divisores que se estende desde as nascentes do Madeira a Tapajós até os divisores do Araguaí, como prosseguimento dos trabalhos já realizados pela Comissão Interstadual da bacia Paraná-Uruguaí exige programação especial para cuja execução se torna indispensável o apoio do Governo Federal, especificamente destinada:

a) — ao estudo e projeto da transposição das bacias do Ivinhema-Brilhante para o Miranda, na região do Maracajú, ligando as bacias do Paraná e Paraguai. Para esse projeto acham-se concluídos os estudos topográficos e hidrográficos completos do Rio Ivinhema-Brilhante, desde a foz do Rio Paraná até as cabeceiras, com 420 km. de extensão bem como o levantamento aerofotográfico da extensa região dos divisores Brilhante-Miranda.

b) — A terminação dos estudos e projeto de transposição das bacias do Rio Pardo para o Coxim-Taquari, Il-

gando as bacias do Alto Paraná ao Paraguai, nas proximidades de Corumbá.

Para esse projeto acham-se concluídos os estudos definitivos topohidrográficos do Rio Pardo desde a foz no Paraná até as cabeceiras em uma extensão de 4550 km: o levantamento aerofotogramétrico da região dos divisores de Camapuã com cartas topográficas na escala 1:10.000 bem como o levantamento aerofotográfico de uma faixa ao longo do Rio Coxim e Taquari at é a foz do Rio Paraguai e até os divisores Taquari Araguaia, incluindo o trecho superior do Araguaia.

c) — A conclusão dos estudos de transposição das bacias Jacuí-Ibicuí, no Rio Grande do Sul, ligando o Rio Uruguai ao oceano, através do Estado do Rio Grande do Sul.

d) — Aos estudos preliminares das diferentes possibilidades de ligação das bacias do Paraguai e Paraná com o Amazonas, capazes de permitir o estabelecimento de um programa definitivo de estudos do mais alto interesse, não apenas para o Brasil mas para todos os países mediterrâneos do Continente.

Nesse particular, cumpre ressaltar a responsabilidade do Brasil como defensor das cabeceiras de ambas as bacias na solução do problema".

Diante desta exposição clara e precisa, em cujo desenvolvimento os técnicos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai demonstraram a viabilidade de um sistema fluvial de transporte, por meio da interligação das bacias hidrográficas, e para formação do qual devem preceder as medidas de estudos, levantamentos e projetos preconizadas, quero formular um apelo aos Senhores Senadores no sentido de emprestar o seu apoio à inclusão no orçamento para 1962, de uma subvenção anual da ordem de Cr\$ 50.000.000,00 destinada aos trabalhos preliminares a que acabo de me referir. Estou certo de que a compreensão clara dos graves problemas do povo brasileiro, de que os meus ilustres pares têm dado sábias provas, os levará a encarar com carinho essa medida, de que há de resultar os maiores benefícios para toda a nacionalidade. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto.

#### O SR. MIGUEL COUTO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, para não magoar o meu nobre colega Senador Dix-Huit Rosado, que tem toda a minha admiração e sincera estima, não pretendia focalizar, nesta Casa, a estranha conduta do seu irmão na presidência do Instituto do Sal. Todavia, chamado por Sua Excelência ao debate, sou obrigado a tratar do assunto, como representante do Estado do Rio de Janeiro e, muito particularmente, da sua região salinícola, a qual estou vinculado desde a infância.

Sr. Presidente. Na resposta que procurou oferecer à grave denúncia que o Deputado Pereira Nunes, valeroso representante das classes operárias do Estado do Rio, havia levado ao plenário da Câmara dos Deputados, denuncia essa motivada pela ação prepotente do presidente do I.B.S. contra a indústria salinícola fluminense, o ilustre Senador Dix-Huit Rosado, tr-

mão do atual presidente Vingt-Un Rosado, estendeu-se em considerações na verdade despistadoras e, *data venia* maliciosas, após as quais concluiu por um requerimento de informações ao próprio mano que, como deixaremos provado, se vem desmandando à frente da autarquia salinícola.

Sr. Presidente. Cabe ao Instituto do Sal, entre outras finalidades, como obrigação precípua, promover a racionalização da produção, o aperfeiçoamento da indústria e o fomento da fabricação do sal iodetado — que o Estado do Rio, em ação pioneira e patriótica, foi o primeiro a produzir, salvando milhões de enfermos no combate ao bócio endêmico. Pois bem, Senhores Senadores, o atual presidente do Instituto do Sal, Sr. Vingt-Un Rosado, declara guerra ao progresso que se observa no Estado do Rio, na indústria salinícola, e esse combate impatriótico também irá atingir o próprio Governo Federal, com a cessação da produção do sal iodetado fluminense.

O que o nobre Deputado Senhor Pereira Nunes afirmou à Câmara dos Deputados é expressão da verdade. O presidente do Instituto do Sal, contrariando a sábia política de desenvolvimento seguida pelo governo, de incentivo e de aperfeiçoamento da produção nacional, quer agora, e usando falsas alegações, que manda divulgar nos jornais, praticar a monstruosidade de fechar quatro grandes e modernas usinas do parque industrial do meu Estado do Rio — duas fábricas de sal refinado iodetado, que funcionam há mais de dez anos, uma de bromo, que é produto básico para diversas indústrias nacionais, e outra de carbonato de magnésio, também fundamental ao fabrico de papel, tinta, artefatos de borracha e borracha sintética.

Foi exatamente o que disse, na outra Casa do Congresso, o Deputado Pereira Nunes: "Não é possível a destruição de uma indústria que tem já dez anos de atividade, regularmente instalada e legalmente autorizada, por capricho, por mero capricho anti-social e anti-econômico da presidência do Instituto do Sal". E, ainda: "Os trabalhadores de Cabo Frio, que lutaram sem temor pela sobrevivência da legalidade constitucional, vão lutar pela indústria que lhes assegura a própria sobrevivência".

Sr. Presidente. Não são, entretanto, apenas os salinícolas fluminenses que estão descontentes com a má orientação do Sr. Vingt-Un Rosado, na presidência do Instituto do Sal. São os salinícolas e comerciantes de sal de todo o Brasil, com os do Rio Grande do Norte à frente, que solicitam ao governo a nomeação de um homem competente, para presidir o I. B. S.

Pergunto, pois, Sr. Presidente: Como poderá o Governo Federal incrementar a produção, atrair novas indústrias, captar novos capitais e impor confiança aos investidores, se um órgão, dêse mesmo governo oferece tal exemplo de má orientação econômica?

Sr. Presidente. No caso fluminense, insiste o Sr. Vingt-Un Rosado, com o intuito de provocar confusão no espírito alheio, em considerar ilegais as autorizações de funcionamento das usinas de sal a vácuo do meu Estado. O que S. Ex.<sup>a</sup> não diz, entretanto, é que foi o próprio governo, o próprio Instituto do Sal que, em 1950, as recomendou expressamente ao Estado do Rio. Foi o Colegiado da Autarquia que aprovou as cotas para as usinas de sal a vácuo e autorizou o seu funcionamento, por unanimidade de votos. E foi precisamente o que declarou o Deputado Pereira Nunes: as usinas de sal a vácuo funcionam há cerca de dez anos, com pleno sucesso para a economia salinícola fluminense, ensejando ainda o aproveitamento de subprodutos valiosos. O Sr. Vingt-Un

Rosado omite essa circunstância, muito importante no julgamento do assunto, e se serve de dispositivo de Lei recente (1957), que não pode retroagir nos seus efeitos, para procurar atingir e prejudicar o parque salinícola do meu Estado. As empresas fluminenses, que produzem sal a vácuo, jamais receberam qualquer intimação judicial a respeito das cotas que lhes foram legalmente concedidas. Pelo contrário, em julgamento de processo promovido por salinícolas do norte, o Egrégio Tribunal Federal de Recursos — Agravo ao Mandato de Segurança 14.242 — ressaltou: "os direitos adquiridos por terceiros".

Sr. Presidente. Esta é a situação verdadeira a respeito das cotas do Estado do Rio de Janeiro. Mas prometo ao nobre colega Sr. Dix-Huit Rosado a quem renovo, neste instante, as expressões de minha particular admiração — prometo voltar ao assunto tão logo S. Ex.<sup>a</sup>, de posse das informações que pediu ao seu irmão, tornar a ocupar esta tribuna. O Estado do Rio estará de pé, na defesa do seu patrimônio industrial e na preservação do bem estar dos seus operários.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado número 12, de 1961, de autoria do Sr. Senador Nelson Maculan, que altera a Lei n.º 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café (aprovação, com emendas, em 1.ª discussão em 27 do mês em curso) tendo Parecer da Comissão de Redação oferecendo redação do vencido e dependendo de pronunciamento das Comissões sobre a emenda de Plenário.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger para, na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça, designar Relator para a Emenda.

#### O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, designo o nobre Senador Heribaldo Vieira.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Heribaldo Vieira, para emitir parecer, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Emenda.

#### O SR. HERIBALDO VIEIRA:

(Lê o seguinte parecer) — Por haver recebido emenda de Plenário, volta a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1961, alterativo da Lei n.º 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café.

A emenda em exame, de iniciativa do próprio autor da proposição, modifica os arts. 5.º, d; 7.º, § 2.º, i e 15, § 3.º, *in fine*, com o objetivo de desvincular os representantes dos Estados na Administração do-IBC dos parentes até 2.º grau (e não de 3.º, como no projeto), que exercem atividades cafejeiras referentes à comercialização e industrialização.

Do ponto de vista jurídico e constitucional, nada há que obste à aprovação da emenda.

É o parecer.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Fausto Cabral, para emitir o parecer pela Comissão de Economia.

#### O SR. FAUSTO CABRAL:

Sr. Presidente, a Emenda não envolve matéria que exija o pronunciamento da Comissão de Economia.

Portanto, esta Comissão aceita o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Relativamente à Comissão de Finanças, não envolvendo o projeto matéria financeira, deixa esta de se pronunciar, aceitando o Parecer da referida Comissão de Constituição e Justiça.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão, para emitir Parecer em nome da Comissão de Serviço Público Civil.

#### O SR. JARBAS MARANHÃO:

Sr. Presidente, a Comissão de Serviço Público Civil é favorável à Emenda.

Esté o nosso Parecer.

#### O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Regimento, deve-se-lhe passar à votação do Projeto.

Sendo, porém, evidente a falta de *quorum*, fica adiada a votação para a próxima sessão, bem como a da matéria constante do Item 2 da Ordem do Dia.

Não há outros oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 11 de outubro de 1961

(Quinta-feira)

Materia em Regime de Urgência

1

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1961, de autoria do Sr. Senador Nelson Maculan, que altera a Lei número 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café (aprovação com emendas, em primeira discussão em 27 do mês em curso) tendo Parecer da Comissão de Redação, oferecendo redação do vencido e com pareceres favoráveis das Comissões sobre a emenda de Plenário.

Materia em tramitação normal.

2

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1961, de autoria do Sr. Senador Silvério Del Caro, que considera de utilidade pública a Conferência de São Vicente de Paulo, de São Torquato, Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo (projeto aprovado em 1.ª discussão em 28 de setembro, tendo Parecer favorável, sob n.º 527, de 1961, da Comissão de Constituição e Justiça).

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 30 minutos).

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 54 DE 1961

O 1.º Secretário designa Banca Examinadora do Concurso de Auxiliar Legislativo composta dos Senhores Senador Heribaldo Vieira, Presidente, Glória Quintela, Diretora de Publicações, e Paulo Gomes Braga, Assessor Legislativo, tendo em vista deliberação da Comissão Diretora, face à renúncia da anterior.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de outubro de 1961.

Republique-se por haver saído com incorreção.

347-61 de Durval Sampaio Filho, Oficial Legislativo PL-7, solicitando férias relativas ao exercício de 1960 a partir de 25 do corrente mês.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40